

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 45.890 - MS
(2014/0155508-9)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
EMBARGANTE : EVERALDO CRISTOVÃO DE SOUZA
ADVOGADOS : RENATA BARBOSA LACERDA E OUTRO(S) - MS007402
MARCELLE PERES LOPES - MS011239
EMBARGADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : RODRIGO CAMPOS ZEQUIM E OUTRO(S) - MS012453

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Everaldo Cristovão de Souza contra decisão que negou provimento ao recurso em mandado de segurança.

O embargante repisa a fundamentação do recurso ordinário, alegando que o Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que a legalidade do exame psicotécnico em provas de concurso público está submetida à previsão legal, à objetividade dos critérios adotados e à possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato.

Requer sejam os embargos recebidos com efeitos infringentes para reformar o acórdão ou possibilitar o prequestionamento.

Decido.

Os embargos declaratórios são cabíveis quando houver contradição nas decisões judiciais ou quando for omitido ponto sobre o qual se devia pronunciar o juiz ou tribunal, ou mesmo correção de erro material, na dicção do art. 1.022 do CPC vigente, algo inexistente no caso concreto.

Com efeito, ao contrário do que pretende fazer crer o insurgente, não se verifica, no julgado questionado, nenhuma omissão, porquanto todas as questões foram debatidas de forma adequada e pormenorizada.

O que busca o embargante, na realidade, é a reforma do julgado, com a atribuição de efeitos infringentes, os quais não são cabíveis.

Ante o exposto, inexistentes quaisquer dos vícios de embargabilidade, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator